



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 107^a reunião, realizada em 20 de junho de 2017

1 Em 20 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares,
8 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Amarildo José
9 Brumano Kalil, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
10 (Seapa); Euler Darlan Neves, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
11 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Fernando Silva de
12 Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e
13 Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marcela Lencine
14 Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Juliana Silva de Oliveira, da
15 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria
16 de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José Alvarenga, do
17 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder
18 público municipal: Mário de Lacerda Werneck Neto e Thaís Mol Vinhal, da
19 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura
20 Municipal de Contagem; Jaqueline Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal
21 de Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São
22 Francisco); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal de São João
23 do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Leste);
24 Henrique de Freitas Santana, da Prefeitura Municipal de Viçosa (representantes
25 dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Antônio Carlos Vidal Barra,
26 da Prefeitura Municipal de Rio Pomba (representante dos municípios da Bacia
27 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul); Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura
28 Municipal de Itapeva (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos
29 Rios Grande, Piracicaba e Jaguari). Jaqueline Antério de Moura, da Prefeitura
30 Municipal de Unaí (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio
31 Paranaíba). Representantes dos usuários de recursos hídricos: Ana Maria Laque
32 Marinho, da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama);
33 Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig);
34 Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais
35 (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária
36 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação
37 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga

38 e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles
39 de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);
40 Jadir Silva Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas
41 Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira dos Criadores de
42 Tilápia (Minas Tilápia); Pedro Luís Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr).
43 Representantes de associações legalmente constituídas no Estado para
44 proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro,
45 da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos
46 Eduardo Silva, da Associação de Proteção Ambiental de Unaí; Maria Teresa
47 Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de
48 Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva
49 atuação em recursos hídricos: José Nelson de Almeida Machado, da Associação
50 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Leonardo Augusto dos
51 Santos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Cíntia Ribeiro
52 de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de Freitas,
53 da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de
54 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado
55 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou
56 educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de
57 Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias
58 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo Campos de
59 Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta.**

60 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro.

61 **2) ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 107ª reunião do
62 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos
63 conselheiros. Em seguida, devido à necessidade de se ausentar da sessão por
64 convocação do governo, passou a palavra à presidente suplente Maria de Fátima
65 Chagas Dias Coelho para a condução dos trabalhos.

66 **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “Primeiramente, eu
67 gostaria de agradecer e registrar a satisfação de estar ao lado do secretário
68 municipal Mário Werneck, que toma assento como conselheiro aqui e do qual eu
69 sou a sucessora na Comissão Estadual de Meio Ambiente. Eu encaminhei aos
70 senhores hoje, na parte da manhã, e até peço desculpas em razão da pouca
71 antecedência, mas são dois assuntos que tomaram uma proporção e uma
72 relevância que merecem um comunicado. São dois ofícios que merecem atenção
73 dos senhores, e eu gostaria que, se fosse possível, nós inseríssemos aqui para
74 que este Conselho pudesse chancelar ou não a possibilidade do conteúdo. O
75 primeiro deles é dando conhecimento do rompimento do canal de transposição do
76 rio São Francisco ocorrido na localidade de Custódia, no Pernambuco. Eu sei que
77 não é da competência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos adotar
78 nenhuma medida direta em relação a esse fato, mas para que nós, do Conselho
79 Estadual, pudéssemos oficializar para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o
80 Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco, para que eles informem

81 quais são as medidas que estão sendo adotadas em relação a esse rompimento,
82 para apuração de responsabilidades. O segundo ofício é de um assunto não
83 menos árido e diz respeito a uma proposição para que nós lancemos como
84 condicionante, para obtenção da outorga da retomada das atividades da
85 mineradora Samarco, na medida em que este Conselho tem como
86 responsabilidade a discussão das outorgas de águas para retomada das
87 atividades. Para que nós lancemos como condicionante a imediata instalação de
88 medidas extrajudiciais de conflito de reparação de indenização individual,
89 especialmente em Mariana e região. Eu digo isso porque a OAB, como eu
90 externei nesse longo ofício que encaminhei aos senhores, vem acompanhado o
91 status, desde a data do rompimento da barragem do Fundão, em Bento
92 Rodrigues, e criou uma comissão especial, que vem acompanhando os
93 desdobramentos das medidas socieconômicas e socioambientais das pessoas
94 que foram impactadas pelo desastre ambiental. Passados um ano e sete meses,
95 até hoje não houve nenhuma medida efetiva para que essas pessoas fossem
96 reparadas, de modo efetivo e individual, nos seus direitos em razão dos danos
97 ocorridos pelo desastre ambiental. Existe hoje uma ação civil pública em curso, e
98 essa ação tem um levantamento globalizado dos danos individuais dessas
99 pessoas, e, depois, na fase execução de sentenças, esses valores serão
100 individualizados, e isso pode demorar anos a fio. A nossa maior preocupação é
101 que a legislação de regência, especialmente o Código Civil, e o entendimento
102 majoritário do Superior Tribunal de Justiça preconizam que o direito de ação
103 individual de todas as pessoas que foram impactados por esse desastre
104 prescreve em três anos. Isso quer dizer que no dia 6 de novembro de 2018 o
105 direito individual de cada cidadão impactado por esse acidente estará,
106 efetivamente, prescrito. O direito individual. E essas ações civis públicas, com
107 todo o imbróglio jurídico que vem acontecendo, podem demandar muito tempo, e
108 depois do dia 6 de novembro de 2018, literalmente, essas pessoas vão ter que
109 passar o pires e se submeter àquilo que ficar decidido nas ações coletivas. Então
110 o objetivo é que nós, como conselheiros deste honrado Conselho,
111 implementemos ou requeremos para que a SEMAD, através do órgão
112 competente pela instalação do processo de licenciamento ambiental, para que
113 instale – como uma das condicionantes, dentre todas as outras de reparação
114 socioambiental –, imediatamente, uma ferramenta extrajudicial de solução de
115 conflito. Dentre elas, o Comitê de Cidadania e Conciliação da OAB, que hoje
116 existe como uma das ferramentas, que foi colocado, de forma voluntária e
117 gratuita, à disposição da população impactada e que tem, inclusive, como
118 cooperador técnico, o professor José Claudio Junqueira e mais outros dez
119 engenheiros ambientais, biólogos e quem mais quiser participar como corpo
120 técnico. São essas as considerações que eu submeto aos senhores conselheiros
121 para que nós possamos promover, nesta reunião, o encaminhamento desses dois
122 assuntos.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu quero fazer o
123 meu informe, antes, e depois eu acredito que a Mesa vai colocar em discussão a

124 colocação da conselheira Cíntia, e eu teria colocações a fazer, na ocasião. Eu
125 trouxe alguns slides para dar um informe no âmbito hídrico, para informar que, no
126 dia 15, houve mais uma mortandade de peixes a jusante da barragem de rejeitos
127 da Anglo American. Tem um BO, e no BO tem imagens dessas centenas de
128 peixes mortos, outras imagens tiradas por moradores. E me chamou atenção no
129 BO que, além de dar as informações que realmente constataram centenas peixes
130 mortos, mais ou menos em um trecho de 150 m, a 2.000 m do alteamento da
131 barragem de rejeito. A água apresentava uma turbidez acentuada. E me chamou
132 muito a atenção e preocupação que, na informação do BO, eles entraram em
133 contato com o NEA, que é o Núcleo de Emergências Ambientais, que já tinham
134 sido informados dessa mortandade, mas me preocupou muito que a pessoa que
135 recebeu essa ligação, por parte da Polícia Ambiental, disse que não haveria
136 necessidade de deslocamento da equipe, tendo em vista que a mortandade de
137 peixes não apresentava uma causa definida. Eu fiquei preocupada. Se nós temos
138 um Núcleo de Emergências Ambientais que é comunicado de alguma coisa,
139 ainda mais sendo a 2.000 m de uma barragem de rejeito, mortandade de
140 centenas de peixes, e se posiciona que não haveria necessidade porque não
141 apresenta uma causa definida, para mim, como uma pessoa que vem militando
142 há tanto tempo na questão ambiental e hídrica, eu fiquei muito preocupada.
143 Inclusive, quando peguei os pontos do BO e fui pôr no Google Earth, dá para ver
144 ali à esquerda. Então eu quis só deixar claro o seguinte: nós estamos tratando de
145 recursos hídricos, nós estamos tratando de uma atenção plena que temos que ter
146 com tudo que envolve acidentes, ‘entre aspas’, ambientais. Porque eu sou uma
147 leiga, mas mortandade de peixes sinaliza alguma coisa. Se não houve ainda a
148 garantia de qual foi o motivo, ainda mais abaixo de uma barragem de rejeitos,
149 tem que se averiguar até com mais agilidade, porque pode ser indicativo de
150 alguma coisa. Pode ser, como também não pode. Mas tem que se verificar. E
151 quero dizer um outro momento, que é o contraponto dessa loucura que nós
152 vivemos no âmbito ambiental. Eu estava falando que é como se tivéssemos duas
153 realidades: a realidade prática do que estamos vendo nos lugares, do que
154 estamos vendo na água, do estamos vendo no meio ambiente; e quando
155 chegamos a este universo dessas plenárias é surreal, as pautas são como se
156 tivéssemos uma situação superconfortável. E não estamos. Então eu quis trazer
157 uma notícia, que foi uma coisa boa, que foi construída de forma coletiva pelo
158 CBH Velhas, o Manuelzão e outros grupos. Foi a Expedição Rio das Velhas Te
159 Quero Vivo, que aconteceu entre os dias 28 de maio e 4 de junho. Esses
160 cidadãos mineiros andaram de caiaque no rio, em vários trechos, para registrar
161 como está o rio das Velhas. Começou em Ouro Preto, onde nasce a cachoeira
162 onde tem o Parque das Andorinhas e onde tem água limpíssima, o que deveria
163 ser toda a nossa água, em todos os lugares. Temos que ter esse sonho,
164 independente de parecer impossível. Envolveu muitas pessoas. Eu acho que nós
165 temos uma realidade que são as pessoas muito preocupadas com água, e nós
166 temos uma realidade terrível, na prática, desta gestão, quer seja de qualquer

167 setor. Eu queria deixar essa mensagem, porque é muito assustador tudo isso.”
168 Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu queria fazer uma sugestão de inclusão
169 de um item na próxima reunião. Talvez pudesse ser feito pelo IGAM. Todos nós
170 sabemos que na Lei 9.433, lei federal, e na Lei 13.199, estadual, existe o
171 conceito de áreas de restrição de uso ou zona de restrição de uso, que são um
172 tipo de espaço territorial especialmente protegido, de acordo com a Constituição
173 Federal, art. 225, §1º, inciso III, que tem a finalidade de estabelecer algumas
174 restrições em função de algumas áreas serem cruciais para recarga hídrica e
175 para conservação da circulação hídrica, da quantidade e da qualidade de
176 recursos hídricos. Eu tenho alguma curiosidade de saber como isso está no
177 Estado, como o Estado de Minas Gerais está se posicionando em relação a
178 essas áreas, tanto no que diz respeito à definição das restrições concretas, em
179 função das características de cada região, e, sobretudo, em relação a uma
180 delimitação específica dessas áreas. Eu acho que é um tema importante que nós
181 aqui, como Conselho, temos que discutir. A distribuição é estadual, e eu sugiro
182 que isso seja incluído em uma pauta de reunião, em breve.” Presidente Maria de
183 Fátima Chagas Dias Coelho: “Só a título de esclarecimento sobre esse tema,
184 esse assunto tem sido discutido na Câmara Técnica de Planos. Realmente, é um
185 tema que precisa ser mais debatido, quando se fala em área de restrição, para
186 além das restrições legalmente existentes, que devem ter dentro do contexto dos
187 Planos de Bacias. Isso não é uma realidade só de Minas Gerais, é do plano
188 nacional e de outros Estados. E uma solicitação da Câmara Técnica de Planos,
189 que veio do ano passado, foi que fosse organizado, primeiro, um evento, pela
190 dificuldade técnica dessas definições. Que fosse discutido com a comunidade
191 científica o que seriam essas áreas de restrição. Foi até o Dr. Bérgson, que faz
192 parte do nosso Conselho. Nós já preparamos o que seria o evento, um workshop
193 de dois dias trabalho, e eu solicitei que fosse pautada a agenda desse workshop
194 na próxima reunião da Câmara Técnica de Planos, porque nós ficamos de fazer
195 uma construção conjunta. Nós sugerimos alguns profissionais, e já nos deram
196 várias sugestões, mas nós queríamos que essa grade fosse aprovada na Câmara
197 Técnica de Planos. Eu acho que está pautada na CTPLAN, na próxima sexta-
198 feira. Então esse assunto será debatido, para esse evento ocorrer em setembro,
199 salvo engano.” Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu gostaria de participar,
200 ainda que voluntariamente.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:
201 “Todos os conselheiros serão convidados, e nós vamos estender e fechar a
202 agenda.” Conselheiro Mário de Lacerda Werneck Neto: “Eu só queria comungar
203 com a ideia da conselheira Cíntia, desde os primeiros dias do evento em Mariana,
204 lamentável, mas que infelizmente ocorreu. E dizer que vem se arrastando muito
205 essas questões, valores bloqueados, e eu acho que a pretensão da OAB é
206 legítima e gostaria de externar aqui, como ex-presidente que fui, o trabalho que
207 vem sendo feito. E dizer que realmente seria muito interessante que este
208 Conselho discutisse isso. Não há nenhum prejuízo para a empresa, porque os
209 valores já estão depositados e bloqueados em ações diversas. Então eu só

210 gostaria de externar aqui a minha posição de apoio à conselheira Cíntia.”
211 Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Eu só gostaria de trazer aqui o andamento do
212 workshop internacional que nós estamos realizando agora, do dia 11 ao dia 15 de
213 julho. O tema é planejamento e desenvolvimento sustentável das bacias
214 hidrográficas. Nós estamos com pesquisadores da Colômbia, de Cuba, da
215 Polônia e vários pesquisadores nacionais. No fechamento realizado nesta
216 semana, nós estávamos já com 480 inscrições. Então eu só reforço o convite. É
217 uma oportunidade para debruçar sobre essa questão do desenvolvimento
218 sustentável e da resiliência das bacias hidrográficas. Então eu convido as
219 pessoas a entrarem no site da Universidade Federal de Uberlândia:
220 www.eventos.ufu.br. Lá tem o banner do VI Workshop Internacional Sobre
221 Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Bacias Hidrográficas. As
222 inscrições vão ficar abertas até o dia 10 de julho.” Conselheiro Odorico Pereira de
223 Araújo: “Eu queria só fazer algumas observações. Primeiro, sobre a Resolução
224 da ANA que foi publicada hoje. Eu aguardo o momento para discutirmos esse
225 assunto. Com relação à proposta da Cíntia, eu acho que, primeiro, nós temos que
226 ouvir a empresa para que possamos fazer uma deliberação. Primeiro que este
227 Conselho não está apto para tomar essa decisão. Mesmo que fosse tomar uma
228 decisão, eu gostaria que a empresa fosse envolvida, tanto a Fundação Renova
229 quanto a Samarco, para que venha responder e também dar segurança se
230 realmente está atendendo ou não a demanda da OAB. Com relação às palavras
231 da conselheira Tecla, eu tenho que concordar com o auto de infração, porque
232 como nós vamos definir se foram realmente os rejeitos da barragem que vazaram
233 que contaminaram os peixes? Então nós precisamos ter embasamento técnico
234 para fazer essas afirmações e acusações, e também dar direito de defesa à
235 empresa ora mencionada por ela.” Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Como
236 também eu estou como vice-presidente do Comitê do Doce e presidente do
237 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, eu gostaria de citar que tanto o
238 Comitê do Piranga, onde aconteceu o evento, como o Comitê do Doce nós
239 estamos sempre em contato com a Samarco, BHP e Vale, junto com a Renova,
240 participando do Comitê Interfederativo, das Câmaras Técnicas. Só para deixar
241 claro que os Comitês de Bacias estão juntos nesse processo e em momento
242 nenhum nós saímos dele.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:
243 “Como há algumas opiniões controversas, nós recebemos hoje, e nós mesmos
244 da SEMAD temos que examinar. Eu não enxerguei isso ainda como extra pauta,
245 porque teria que consubstanciar melhor. Assuntos extra pauta podem entrar, sim,
246 assim que o conselheiro coloque no momento oportuno a questão. Agora, eu não
247 sei se é o caso de fazermos uma apresentação específica, porque deve ter uma
248 reunião extraordinária logo no início de agosto. Internamente, nós vamos analisar
249 os dois ofícios que foram encaminhados hoje, e, de repente, se a conselheira
250 achar oportuno, nós pautamos e convidamos, como o conselheiro Odorico
251 sugeriu, a Fundação Renova, e abrimos uma discussão mais específica sobre
252 esse assunto, com mais material, talvez. Pode ser assim? Então vamos ficar

253 desse jeito. Eu estou sendo orientada aqui: um pedido de um conselheiro para se
254 incluir em pauta tem que ser votado pelo Plenário. Então nós colocaríamos em
255 discussão submeter o assunto ligado à questão da barragem de Fundão, que a
256 conselheira Cíntia colocou. Se os conselheiros concordam que coloquemos em
257 pauta na próxima reunião do Conselho Estadual.” Conselheira Maria Teresa
258 Viana de Freitas Corujo: “É uma questão de ordem. É a primeira vez que eu vejo
259 essa situação, e não entendo assim. Primeiro que é um pedido de inserção de
260 um item na pauta da próxima reunião. E nós vamos votar se concordamos ou não
261 sem nem discutir? Porque, inclusive, não tem na pauta item de pedido de outorga
262 da Samarco relacionado com água. Todos os processos da Samarco estão
263 suspensos, porque foi colocado pelo governo que haveria uma avaliação de tudo
264 antes da retomada. Estamos ainda diante de pendências, inclusive, me parece
265 que a declaração de conformidade de Santa Bárbara. Ou seja, nós temos tantas
266 questões para ver isso que eu entendo ainda muito prematuro já aprovar aqui
267 inserir na pauta uma decisão sobre uma outorga ou sobre condicionantes de uma
268 outorga que nem compete neste momento. Isso para mim é inverter muito. Então
269 eu não vejo sentido colocar uma votação. Senão começamos a trazer aqui outros
270 assuntos de pauta, põe para votação mesmo que não tenha muito nexo. Eu estou
271 achando que isso é muito prematuro, dessa forma.” Conselheira Irany Maria de
272 Lourdes Braga: Só para referendar e, ao mesmo tempo, enfatizar o que a Teresa
273 e o Odorico falaram: é válida a discussão, mas não é aqui, é em outra Câmara, lá
274 no COPAM.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Vamos então
275 retomar o curso da nossa condução aqui. Nós estamos em ‘Assuntos Gerais’, e o
276 secretário, como presidente do Conselho, recebeu dois ofícios hoje pela manhã.
277 Eu acho que a Secretaria Executiva tem que examinar os dois ofícios para saber
278 a pertinência e a destinação. Como ele preside o COPAM, o Conselho Estadual e
279 a Câmara Técnica de Outorga, e esse assunto ainda não entrou em pauta, eu
280 peço esse tempo para a equipe da SEMAD, do IGAM, do Sisema analisar os dois
281 ofícios.” Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “O único pedido expresso é para
282 que o recebimento seja registrado e a análise seja registrada.” Presidente Maria
283 de Fátima Chagas Dias Coelho: “Está certo. Então não haverá inserção desse
284 assunto na pauta, pelo menos neste momento.” Inclusão na pauta. Em
285 atendimento a solicitação da presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
286 Coelho, o Plenário do CERH aprovou por unanimidade a inclusão dos seguintes
287 itens na pauta desta reunião: 1) Moção de reconhecimento aos trabalhos
288 realizados por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento na gestão de recursos
289 hídricos no Estado de Minas Gerais. 2) Exposição e discussão sobre o Dia do Rio
290 e condução pelo IGAM dos temas relacionados aos rios estaduais. **4) EXAME DA**
291 **ATA DA 106^a REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 106^a reunião do
292 Plenário do CERH, realizada em 20 de abril de 2017, com correção na linha 203:
293 onde está escrito PCH, lê-se PCJ. Foram registradas abstenções de votos dos
294 conselheiros representantes da UFU, Arsae, Cesama Juiz de Fora e Prefeitura de
295 Rio Pomba. **5) PROCESSO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE**

296 **RECURSOS HÍDRICOS PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** 5.1) Horizontes
297 Ltda. Brumadinho/MG. Processo de Outorga nº 10180/2009. Apresentação:
298 Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos (GPDRH) do
299 IGAM. Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira Maria
300 Teresa Viana de Freitas Corujo. Justificativa do pedido de vista: “O Parecer Único
301 é uma síntese de todo o processo. Então nós queremos olhar, porque podemos
302 voltar lá atrás e entender melhor o que aconteceu. Nós não tivemos tempo de
303 entrar no Siam, localizar todo esse histórico, desde 2009, e entender como foi
304 feita uma canalização sem ainda ter tido a outorga, entender o que significou em
305 termos de desvio, por acaso, que tenha havido do curso d’água. Nós queremos
306 ter tempo de olhar isso profundamente, com todo esse histórico, até para estar
307 mais confortáveis para poder opinar aqui.” 6) **APRESENTAÇÃO SOBRE A**
308 **ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS**
309 **EM MINAS GERAIS.** Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento
310 **Agrário (Seda).** José Antônio Ribeiro, da Seda, fez exposição ao Plenário sobre
311 a criação de uma comissão colegiada para elaborar e propor uma estratégia
312 intersetorial de redução do uso de agrotóxicos e apoio à agroecologia no Estado
313 de Minas Gerais, destacando que trata-se de um dos pilares do Plano Estadual
314 de Agroecologia e Produção Orgânica, considerando, inclusive, discussões em
315 nível nacional. Contribuições da Câmara. Após a exposição, foram registradas as
316 seguintes contribuições dos conselheiros. O conselheiro Edson de Oliveira Vieira
317 questionou como ficou a participação da sociedade no processo. “A sociedade vai
318 fazer parte, há um processo de conscientização da sociedade com relação a isso,
319 de conscientização e de informação do que vem se praticando hoje em termos de
320 agricultura convencional?” Questionou ainda se existe alguma ação para facilitar
321 a exposição e comercialização dos produtos provenientes da agroecologia e
322 orgânicos. José Antônio Ribeiro, da Seda, informou que a estratégia irá “dialogar,
323 permanentemente, com a Câmara Técnica de Agroecologia e Produção
324 Orgânica, na qual os movimentos sociais possuem assento e têm participado”.
325 Destacou também que a Secretaria está atenta às necessidades de envolvimento
326 da população e de divulgação para todos. “A mesma coisa em relação aos
327 incentivos à comercialização dos produtos orgânicos. É uma preocupação
328 permanente que nós temos”, afirmou. O conselheiro Amarildo José Brumano Kalil
329 reforçou que a Secretaria de Estado de Agricultura é parceria no trabalho para
330 resolver a questão do uso de agrotóxico e que tem uma busca constante da
331 agricultura sustentável, passando pelo uso de recursos naturais. “O que nós
332 buscamos é o caminho da agricultura sustentável. Especificamente em relação
333 aos agrotóxicos, será lançado um programa para certificação de produtos e
334 propriedades agropecuárias, com grande potencial de certificação, com previsão
335 de triplicar no próximo ano o número de propriedades sem uso de agrotóxicos,
336 com o envolvimento do IMA e da Emater.” Comentou ainda que “terão que ser
337 buscadas outras alternativas de técnicas para produzir alimentos sem o uso do
338 agrotóxico, além do cuidado com a segurança alimentar”. Conselheiro Antônio

339 Carlos Vidal Barra: “Uma grande ferramenta para reintrodução do alimento é
340 conciliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que já prevê aquisição de
341 alimento de 30% da agricultura familiar. Começar a buscar os produtores de
342 alimentos sem agrotóxico e divulgar para os pais das crianças. É uma grande
343 ferramenta para conscientizar a comunidade em geral.” O conselheiro citou ainda
344 a importância de se incentivar a realização de feiras agroecológicas. O
345 conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou “louvável a atitude do governo
346 de promover essa campanha de redução do uso de agrotóxico, que é caro e
347 arriscado, com risco de contaminação de quem aplica e de quem consome”.
348 Destacou também a importância de conscientização do consumidor e ressaltou
349 que a redução do uso de agrotóxico na agricultura possa diminuir o impacto na
350 qualidade das águas. **Moção de aplauso.** Antes da exposição e discussão deste
351 item de pauta, o representante da Seda registrou as seguintes considerações
352 acerca da moção de aplauso e reconhecimento a Eduardo Antônio Arantes do
353 Nascimento, aprovada pelo CERH nesta sessão. José Antônio Ribeiro, da Seda:
354 “Eu gostaria de dar os parabéns para vocês, conselheiros do Conselho Estadual
355 de Recursos Hídricos, pela aprovação de moção de reconhecimento ao Eduardo
356 Nascimento, que representou, dentre outras instituições, a Fetaemg. Uma moção
357 de reconhecimento já foi aprovada pela Comissão Permanente de Educação no
358 Campo, coordenada pela Secretaria de Estado de Educação, e depois de
359 amanhã, na reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável,
360 nós vamos também submeter aos conselheiros uma moção similar, nesse sentido
361 de valorizar as pessoas. Todos nós não passamos ilesos por este mundo. Eu
362 acho que todos nós temos uma história, temos interesses que são defendidos
363 nos diversos espaços, e poucas pessoas conhecem a agricultura familiar, a
364 reforma agrária e as questões ambientais como o Eduardo Nascimento. Eu disse
365 que foram duas perdas: uma foi a morte dele e a outra foi o conhecimento. Se
366 alguém observava e conhecia o Eduardo, ele pouco anotava, ele guardava muita
367 coisa na cabeça, e provavelmente uma boa parte desse conhecimento ele levou
368 junto. Então eu acho que até uma forma de começarmos a pensar nessas
369 pessoas que são referência nas políticas públicas no nosso Estado de Minas
370 Gerais e pensar uma forma de sistematizar esse conhecimento para que continue
371 sendo referência para continuarmos construindo e consolidando essas políticas
372 públicas. Então eu gostaria de deixar esse recado para vocês.” 7)
373 **APRESENTAÇÃO DO ESTUDO SOBRE OUTORGAS NAS BACIAS**
374 **HIDROGRÁFICAS DOS RIOS DAS VELHAS E PARAOPEBA.** Responsável:
375 **Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas**
376 **(Fonasc).** Item retirado de pauta conforme solicitação do Fonasc, por motivo de
377 saúde do conselheiro que iria fazer a apresentação. 8) **APRESENTAÇÃO**
378 **SOBRE A DEFINIÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS**
379 **SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS**
380 **PARA CONSTRUÇÃO DE RESOLUÇÃO ESPECÍFICA SOBRE OS SERVIÇOS**
381 **DOS PRESTADORES REGULADOS PELA ARSAE.** Responsável: Agência

382 **Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento**
383 **Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).** Fernando Silva de Paula, da
384 Arsaе, fez apresentação ao Plenário sobre as ações para a elaboração de
385 resolução específica sobre os serviços dos prestadores regulados pela agência e
386 informou que poderão ser enviadas contribuições por e-mail até o dia 30 de
387 junho. Foram registrados os seguintes debates após a exposição. Conselheiro
388 José Nelson de Almeida Machado: “Eu acho que tem um problema político e
389 econômico por trás disso que deixa a situação estarrecedora em termos da
390 perspectiva de melhorar a situação do esgoto no Brasil. Existe um vício histórico
391 no Brasil, que em 1970 o país tinha 40% da população urbana abastecida com
392 água. Foi instituído o Planasa, do qual resultou a Copasa, a Sabesp etc. A
393 prioridade absoluta era o abastecimento de água, e o esgoto ficou para trás. E
394 agora, quando vem fazer um sistema de esgoto segundo os padrões sanitários e
395 ambientais adequados, a população se recusa a pagar. Na verdade, o grande
396 obstáculo que existe hoje para o avanço do sistema de esgoto é que a população
397 não aceita pagar pelo serviço de esgoto. Na bacia do rio Doce, com 191
398 municípios no Estado de Minas Gerais, em 2010, só tinha cinco que tratavam
399 esgoto em mais de 50%. Ou seja, 186 municípios jogando esgoto bruto no leito
400 do rio. E dos 191 municípios só tinha 15 aterros sanitários. Aonde nós vamos
401 parar isso? E se o sistema não for sustentável não tem jeito. E o sistema de
402 esgoto sanitário custa muito mais caro do que o de água. Então são algumas
403 referências que eu acho interessantes colocar para os conselheiros aqui, porque
404 são obstáculos, e, se não forem tratados com devida atenção e devido rigor, não
405 vai acontecer a evolução.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu acho que
406 ficou claro na apresentação da Arsaе com relação aos desafios do esgotamento
407 sanitário, que são muitos. É um déficit histórico que existe no Brasil, e realmente
408 ainda precisamos avançar muito. Mas eu queria elogiar o trabalho da Arsaе, a
409 metodologia que está sendo usada para essa resolução, que está sendo feita de
410 uma forma extremamente participativa.” Conselheiro Luciano José Alvarenga:
411 “Ordinariamente, nós somos Ministério Público, mas não somos administração.
412 Nós sabemos que o exercício da atividade administrativa relacionado a coleta e
413 tratamento é uma atribuição precípua mente municipal, e isso para mim é um
414 problema em um Estado que tem 853 municípios, em que há um problema de
415 falta de continuidade, muitas vezes, entre linhagens políticas diferentes, em
416 função de partidos diferentes. Muitas vezes, celebramos termos de ajustamento
417 de conduta ou ingressamos com ações judiciais, conseguimos decisões
418 favoráveis, mas não conseguimos avançar porque há descompromisso na
419 transição política. Esse é um desafio para nós também. Outro problema é que,
420 muitas vezes, há cobrança e não há prestação do serviço. É um problema muito
421 sério, e este conselho tem que entrar com uma proposição para essa questão. Há
422 avanços, mas estamos muito atrasados nisso, tanto a questão de efluentes
423 líquidos quanto a questão de tratamento de resíduos sólidos.” Conselheiro
424 Gabriel Augusto Campos: “Muitas das prefeituras não tratam esgoto como causa

425 principal de doenças veiculadas do esgoto, preferem investir em saúde, em
426 médicos. Só que a causa principal pelo esgoto e pela contaminação da água é
427 meio desconsiderada. Então é preciso maior atenção dos gestores municipais
428 para ter esse pensamento com o esgotamento sanitário, que é uma capacidade
429 de não haver doenças na população e na saúde ocupacional.” Conselheira Maria
430 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Quando se coloca que a pessoa não quer pagar
431 pelo serviço de esgoto, há que se ter uma análise sobre isso. Pelo que vimos
432 acompanhando, quando as pessoas pagam uma conta de água, elas já estão
433 pagando esgoto. O que não está acontecendo é a prestação do serviço de
434 esgoto. Então o cidadão pagar duplicado, quando na realidade já vem pagando
435 há muito tempo, sem receber o serviço, que é um direito legítimo da população. E
436 há que se averiguar, inclusive, porque, como essas empresas, a maioria, estão
437 no mercado de ações, nós temos um contexto de um serviço essencial que tem
438 repercussão gravíssima nos cursos d’água e na qualidade hídrica na mão de
439 interesses, inclusive, de lucro e de capitalização. Então quando se fala que não
440 há recurso para investimento, mas quando pegamos os balanços desses
441 prestadores de serviços nos jornais, são vultosas quantias que os acionistas
442 estão ganhando. Então nós temos um ciclo em que existe o interesse econômico,
443 inclusive, nas prestações de serviços essenciais à população. E o preço está
444 sendo pago pelo meio ambiente, pelos nossos cursos d’água. Não tem sentido ter
445 grandes centro urbanos recebendo a água e a própria Copasa e todos os outros
446 SAAEs, ou o que seja, devolvendo essa água suja para os cursos d’água. Então
447 é extremamente grave. Nós já deveríamos estar muito adiante na solução desses
448 problemas, porque com isso, somado a toda a questão climática, diminuição da
449 produção de água, impacto nos aquíferos, impacto nas áreas de recarga,
450 desmatamento e todo o resto, nós estamos diante da situação em que a
451 realidade não é essa que está aqui nesta sala. É a realidade que está lá nos
452 territórios e que todos nós estamos vendo. Provavelmente, nós estamos bebendo
453 uma das piores águas das capitais, porque mesmo o tratamento da Copasa não
454 tira alguns elementos como metais pesados, hormônios, cafeína, e estamos com
455 tanto câncer e tantas doenças que estão dizimando a nossa população.” O
456 conselheiro Wilson Akira Shimizu apontou que foram verificadas falhas nos
457 sistemas, tanto de ordem “operacional, técnica, de infraestrutura, vontade
458 política”. “Quando se detecta isso, qual mecanismo tem para tentar corrigir? E
459 onde está, na visão da Arsae, os principais ‘nós’ que precisam ser resolvidos? E
460 a Arsae é só água e esgoto? Tem resíduos sólidos e drenagem pluvial? Por que
461 não engloba também esses dois aspectos?” Conselheiro Nelson Cunha
462 Guimarães: “Quando nós pagamos o serviço de água, nós não estamos pagando
463 serviço de esgoto. São coisas separadas, a taxação é diferenciada. Com relação
464 à qualidade da água na região metropolitana de Belo Horizonte, eu não sei qual é
465 a fonte que você (conselheira representante do Fonasc) tirou para dizer que é
466 uma das piores do Brasil. O meu referencial é de que seria uma das melhores.
467 Com relação ao que foi citado, a água tem que atender a Portaria de Potabilidade

468 do Ministério da Saúde nº 2914/2014. A nossa água atende plenamente essa
469 portaria, é uma água que todos os sistemas de abastecimento têm que atender, e
470 são fiscalizados em função disso. Alguns parâmetros citados, por exemplo, a
471 cafeína não é contaminante da água, e apenas um indicador de contaminante. E
472 outros contaminantes citados não constam da portaria.” Fernando Silva de Paula,
473 da Arsae: “Tem o fornecimento de água e o custo associado ao preço da tarifa de
474 água, que nós fazemos a amarração quando faz-se o cálculo da tarifa de esgoto,
475 que é algo estabelecido pela agência reguladora. Quando a população usuária é
476 abastecida com água e não utiliza os serviços de esgoto, ela paga apenas a tarifa
477 de água, associada ao volume que consome, registrado no hidrômetro. Se
478 conecta a uma rede coletora de esgotos, tem um avanço, e colocam-se 50% do
479 custo da água associada à tarifa para que se paguem os serviços de coleta e
480 afastamento dos esgotos. A tarifa estaria amarrada se a prestação do serviço for
481 feita pela mesma concessionária. Caso esse esgoto possa ser submetido, antes
482 do lançamento final, ao tratamento, então teria um avanço de mais 40%,
483 alcançando então 90% do valor da água. No ponto colocado pelo José Nelson, há
484 a dificuldade, muitas vezes, temos que considerar dois termos. Uma questão
485 seria a disponibilidade ou disposição do cidadão em pagar por aquele serviço, e
486 outra coisa seria a acessibilidade financeira, que temos estudo para considerar
487 nessas deliberações normativas que estabelecemos. A agência é reguladora de
488 água e esgoto e não é o saneamento todo. A tendência é que avancemos ao
489 menos para regularizar resíduos também.” **9) APRESENTAÇÃO SOBRE O**
490 **SISTEMA DE CADASTRO ON-LINE DE USO INSIGNIFICANTE DA ÁGUA.**
491 **Responsável: Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos**
492 **Hídricos (GPDRH) do IGAM.** Thiago Santana, do IGAM, fez apresentação ao
493 CERH do sistema de cadastro on-line de uso insignificante da água, lançado em
494 maio deste ano. Debates. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo
495 questionou como está no planejamento a fiscalização do monitoramento das
496 outorgas autodeclaratórias e quantos servidores foram alocados para esse
497 monitoramento. “E, se o sistema on-line é de autocadastramento, se isso vai
498 implicar automaticamente no acesso para acompanhamento da sociedade, para
499 saber onde estão os usos insignificantes nas bacias, para o usuário fazer parte
500 do processo de gestão.” Questionou ainda se o sistema “está casado com a
501 localização espacial dos usos” e como pode ser acessado. A conselheira solicitou
502 ainda a disponibilização dos dados em KMZ e registrou outras considerações.
503 “Além de informar as coordenadas, também um KMZ. Na questão hídrica, tem
504 que se pegar uma planilha Excel porque não está on-line. Eu sou a favor de
505 agilidade para o pequeno, para que não haja morosidade pública, mas isso tem
506 que ser associado à possibilidade de acompanhamento. Se é um sistema
507 sofisticado, eu estou requerendo que estudem a possibilidade. Que daqui a um
508 mês não se tenha uma planilha Excel, e quem estiver interessado na sua bacia
509 saiba aonde estão os usos insignificantes e quem são, e que já possa acessar
510 direto isso com informações on-line.” Thiago Santana, do IGAM, esclareceu que o

511 sistema sempre foi autodeclaratório, desde o modelo tradicional. Para publicidade
512 dos dados, informou que será disponibilizado relatório mensal de solicitações de
513 cadastro de uso insignificante no próprio site do IGAM. Quanto à fiscalização,
514 informou que será traçada uma estratégica, com a definição de ação excepcional
515 em áreas a serem avaliadas como de maior demanda de uso insignificante. A
516 presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho complementou as informações:
517 “A ideia foi privilegiar o balanço hídrico. Como tem georreferenciamento, é o
518 Geosiam, e nós precisamos que essa informação fique junto com a de outorga
519 para não perdermos o balanço hídrico. Mas nós estamos investindo e iniciamos o
520 trabalho de modernização do sistema de outorga. Aí, sim, isso tudo vai ser
521 revisto, a base georreferenciada, que vai acoplar a esse sistema. Optamos neste
522 momento por trabalhar em articulação com o Geosiam porque não tínhamos
523 condição de trabalhar com o Google Earth.” A conselheira Cíntia Ribeiro de
524 Freitas questionou qual é o período de deferimento do cadastro e se as
525 informações sobre os deferimentos serão disponibilizadas à sociedade. Thiago
526 Santana, do IGAM, informou que o prazo de validade é de três anos e que todas
527 as informações das certidões emitidas serão disponibilizadas no site. Conselheiro
528 Jadir Silva Oliveira: “Quanto ao prazo de validade do cadastro, no caso das
529 outorgas, elas passaram a ter validade da licença ambiental.” Thiago Santana, do
530 IGAM, esclareceu que o uso insignificante não se vincula ao licenciamento
531 ambiental.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira cumprimentou o IGAM e
532 a SEMAD “pelo avanço no sistema” e informou que irá se “aproximar do IGAM
533 para realizar parcerias para capacitação de pessoal dos sindicatos produtores”.
534 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Só reforçar o elogio, porque acho que foi
535 um avanço extraordinário para o usuário e o órgão gestor. Realmente, foi um
536 passo à frente.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu quero parabenizar a
537 administração do IGAM por ter tomado essa iniciativa. Desafogou o balcão. A
538 Supram do Triângulo Mineiro tinha filas enormes e hoje tem meia dúzia. Levavam
539 cinco ou seis dias para dar vazão. Outra coisa interessante é que hoje estamos
540 treinando o usuário pelo telefone ou WhatsApp, passo a passo, e antes se
541 pagava para fazer.” Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil: “Antes de mais
542 nada, parabenizar o IGAM e o Sistema pela iniciativa. Será uma quantidade de
543 informações tão importantes que vão ter espacialização, o volume enorme de
544 água, e a questão é trabalhar mais com inteligência e usar essas informações,
545 pois terá um cadastro no Estado inteiro com geoespacialização das informações.
546 Agregado com outras informações, como do CAR, vai ter um volume de
547 informações tão importantes. O mais rico eu acho que não está na fiscalização
548 para verificar se está correto ou não aquela informação, o mais importante é
549 enxergar a situação no Estado como um todo e utilizar essas informações para a
550 estratégia, para fazer a gestão de recursos hídricos no Estado. Nós colocamos o
551 Sistema Seapa à disposição, porque enxergamos nessa ação importantes
552 ganhos e mais esse serviço que o Estado está prestando ao nosso produtor.”
553 Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu quero reforçar o coro de

554 parabenização, porque é algo muito importante. A deficiência de informação com
555 que lidamos é algo que grita a todo instante. Conversar com o Siam é
556 fundamental, eu acho que é uma via de mão dupla, porque para outorgas
557 também é importantíssimo.” **10) MOÇÃO DE APLAUSO E RECONHECIMENTO**
558 **A EDUARDO ANTÔNIO ARANTES DO NASCIMENTO, IN MEMORIAM, PELA**
559 **ATUAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MINAS**
560 **GERAIS.** O Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou, por
561 unanimidade, moção proposta pela Presidência nos seguintes termos: “Moção de
562 Reconhecimento nº 01/2017 – Moção de aplauso e reconhecimento ao Sr.
563 Eduardo Nascimento, in memoriam, pela atuação na gestão de Recursos
564 Hídricos do Estado de Minas Gerais. Os conselheiros estaduais de recursos
565 hídricos do Estado de Minas Gerais, reunidos em 20 de junho de 2017,
566 aprovaram a presente moção de aplauso e reconhecimento, in memoriam, por
567 unanimidade, ao Sr. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, pelas razões
568 abaixo: 1) Pelo grande empenho e seriedade com que o Sr. Eduardo Nascimento
569 se dedicou às questões de gestão de recursos hídricos. 2) Por sua participação
570 efetiva e construtiva nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas
571 Gerais. 3) Por seus dizeres e manifestos que sempre instigaram e promoveram a
572 conscientização ambiental, a boa gestão dos recursos hídricos e a defesa da
573 sociedade em geral. 4) Pela atuação em parceria com o Instituto Mineiro de
574 Gestão das Águas (IGAM) e demais entidades do Sistema Estadual de
575 Gerenciamento de Recursos Hídricos na incessante busca da melhoria da
576 quantidade e da qualidade da água no nosso Estado. 5) Pela defesa e apoio ao
577 fortalecimento do IGAM. Os conselheiros estaduais de recursos hídricos do
578 Estado de Minas Gerais, ao concederem esta moção de aplauso e
579 reconhecimento, in memoriam, por unanimidade, ao Sr. Eduardo Nascimento,
580 estão cumprindo um dever de justiça em face da atitude desse representante que
581 em muito contribuiu em defesa dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.
582 Belo Horizonte, Minas Gerais, 20 de junho de 2017.” **11) INFORME SOBRE O**
583 **DIA DO RIO.** A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho fez um histórico
584 das discussões sobre a situação de restrição de uso da água na bacia do rio São
585 Francisco, que culminou na proposição do Dia do Rio pela Agência Nacional de
586 Águas (ANA). “Foi proposta, neste ano, restrição de uso em todo o São
587 Francisco, mas a ANA atua somente sobre os rios de domínio da União. A
588 proposta de restrição teria ganho de 40 m³/s, se reduzisse toda a irrigação na
589 bacia em um dia por semana, até novembro. Por isso, se chama Dia do Rio. Eu
590 comentei que Minas Gerais já tinha uma regra muito mais restritiva e que era
591 baseada em percentuais, para todos os usos, o nosso critério de vazão de
592 referência. Além disso, nós temos a Resolução 2302, que obriga os usuários a
593 colocar horímetros, medidores de água, medidores de vazão. E temos ainda
594 perímetros de outorgas coletivas em que os irrigantes irrigam dia par e dia ímpar.
595 Eles se alternam. Ninguém irriga todo dia no perímetro de outorga coletiva. A
596 ANA resolveu ampliar a restrição para todos os usos: indústria, mineração,

597 excetuado abastecimento humano e animal. Hoje a ANA publica a Resolução
598 anunciando o Dia do Rio para os rios de domínio da União. Em Minas Gerais,
599 afeta o rio São Francisco, o Carinhanha. O Verde Grande está fora porque já tem
600 uma regra de restrição. O questionamento da ANA é por que em Minas, aonde
601 ainda não entrou em restrição, não se usa como primeira faixa a restrição do Dia
602 do Rio. Eu coloquei que conflita com a regra aprovada pelo CERH, que é mais
603 técnica. Já colocamos que podemos implementar campanhas educativas de
604 redução do uso da água. Eu fiz a proposta de ter, inclusive, o apoio da ANA para
605 trabalhar em uma campanha educativa para conseguir a redução do uso. Deixar
606 bem claro que em Minas nós aderimos, sim, ao Dia do Rio, porque já o
607 praticamos. Do ponto de vista de comando e controle, nós temos bastantes ações
608 restritivas, mas achamos que deveríamos trabalhar em uma vertente educativa,
609 fiscalização preventiva e alguma coisa nessa linha." Conselheiro Renato Junio
610 Constâncio: "A Cemig tem feito gestões e hoje precisa fazer o desassoreamento
611 do canal do Jaíba. Se isso acontecer, vai aliviar muito a questão da defluência de
612 Três Marias e aumentar a regularização. Hoje nós temos que completar nível. O
613 problema das captações é porque tem que soltar muita vazão para dar nível
614 nessas captações fixas. Assim como está acontecendo ao longo de todo o São
615 Francisco, a jusante de Sobradinho. Então essa é a nossa posição, e
616 concordamos totalmente com a posição colocada pela Fátima. Ainda vemos com
617 desconfiança essa questão, achamos que Minas já faz o Dia do Rio há muito
618 tempo." Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "O que nos interessa é que,
619 efetivamente, Minas Gerais já adota o Dia do Rio há muito tempo. O critério de
620 outorga é o menor de todos. O IGAM demonstrou, com muita propriedade, que
621 não tem como espremer mais aqui." Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil:
622 "Nós estamos verificando que, no caso específico, o problema não é exatamente
623 vazão, mas problema de infraestrutura de captação de água do rio, inclusive, no
624 Jaíba. E a crise também pela gestão mal feita na Bahia e por demais usuários. O
625 Estado de Minas Gerais, que cumpriu sua tarefa, perdeu milhões de
626 investimentos, principalmente no setor de agricultura, um grande demandante de
627 água. Nós pagamos esse preço, e agora querem que paguemos novamente. O
628 critério mineiro é muito mais rigoroso. Chega uma crise, e querem desconstruir
629 todo o trabalho de conscientização que foi feito, para garantir água para os
630 demais Estados. Todos têm direto à água, mas têm que fazer também o dever de
631 casa. Nós achamos que não devemos acatar, e o posicionamento deve ser firme
632 para não deixar desconstruir o trabalho que está sendo feito em Minas."
633 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "É preciso ter uma base técnica para o
634 Plenário deliberar sobre o tema, o que irá representar em volume etc. Na
635 verdade, tem uma negociação e quais seriam as bases dessa negociação. Nós já
636 temos outros problemas relacionados com dificuldade de implantar barramentos
637 em função de solos hidromórficos, as leis de proteção de veredas em Minas
638 Gerais são muito severas. Então o produtor tem muita dificuldade para produzir
639 com sustentabilidade. E não foi nenhum recurso para lá (com a transposição do

640 rio São Francisco) para as cabeceiras dos nossos rios. Temos que ter uma
641 negociação para isso. E tem a questão de vazão de entrega também.”
642 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu concordo com as colocações. O que
643 nos preocupa muito é que isso foi uma decisão de cima para baixo, sem consultar
644 ninguém, sem amparo técnico nenhum. Não teve participação dos usuários, e
645 essa discussão vem desde 2013 no Comitê de Bacia. Então estamos vendo
646 muito claro o que é a representatividade no Comitê de Bacia federal. Essa é a
647 consequência. Agora nós temos que cobrar daquelas pessoas que falaram que
648 estavam defendendo Minas, cobrar a participação delas. Nós levantamos que
649 nove empresas em Minas vão ter que fechar as portas porque precisam da água
650 para operar. Então estamos transferindo renda de Minas para Sergipe. Há dez
651 anos vocês devem lembrar quantas indústrias de confecções saíram de Minas
652 para ir para o Nordeste. Essas empresas estão lá usando a nossa água. Agora
653 estão levando a nossa água e querem levar mais. E nós vamos ficar assistindo
654 isso? Nós não podemos aceitar essa imposição colocada em Minas Gerais, pois
655 já estamos fazendo a nossa contribuição. Que eles façam a deles também.
656 Temos que nos manifestar contrários a essa Resolução.” Conselheira Cíntia
657 Ribeiro de Freitas: “Nós recebemos informação de que na Paraíba a restrição de
658 consumo doméstico é de um dia para três. Para tratar de água, tem que ser uma
659 visão muito mais macro, porque tem toda a água exaurida no uso da mineração e
660 a utilização da água residuária. Tem tantas concepções que precisamos pensar
661 antes de cada um olhar para o seu próprio segmento. Se fazemos uma
662 campanha para restrição, a água doméstica, salvo engano, representa 4% da
663 utilização. Então a concepção tem que ser de modo geral. Eu concordo que
664 precisamos de critérios técnicos e temos que nos posicionar de modo geral.”
665 Conselheiro Renato Junio Constâncio: “São 40 m³ de economia previstos, o
666 impacto estimado, da redução de junho a novembro. E o trecho que vai,
667 representativamente, de 50%, em torno de 20 m³/s, é entre Três Marias e
668 Sobradinho. Foi o jeito mais fácil que a ANA achou de operacionalizar isso. O que
669 preocupa é o jeito como as coisas aconteceram. Nós estávamos na Plenária, e
670 até aquele momento eram só irrigantes. Agora imagina o pessoal da Votorantim
671 em Três Marias, que já tem um programa exemplar de reuso, de eficiência na
672 questão de eletrodos, parar de captar um dia. E como irão dar um reestarte à
673 planta. Falaram que vão judicializar. O que preocupa é o seguinte. Logo em
674 seguida a apresentação da ANA, eles apresentaram uma planilha de um valor
675 que estava depositado em conta no Comitê: R\$ 66 milhões em conta de recursos
676 da cobrança. Tentavam dar um valor de R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões na conta
677 do Comitê. Nós achamos um absurdo. Pode acontecer um esforço muito grande
678 por Minas Gerais, que já tem tudo isso de que falamos aqui, e não ter dinheiro
679 para adequar nenhuma captação a jusante. Aí nós vamos passar aperto,
680 contribuir como já vimos contribuindo ao longo dos anos, e não se resolverem as
681 captações. As captações como o Jaíba têm que ter recursos federais. Então é
682 preocupante a questão. Nós precisamos ter atenção, de um esforço muito grande

683 por parte de Minas, para que isso seja discutido." Conselheiro Amarildo José
684 Brumano Kalil: "Nós temos que aproveitar esse fato como oportunidade para
685 discutir, de fato, o problema que nós temos. A verdade é que as condições
686 climáticas estão mudando, está chovendo menos no rio São Francisco, então nós
687 temos que mudar toda a estratégica. É para isso que servem a ANA, os Comitês
688 e o Conselho. Existem técnicas e tecnologias para mudar esse modelo. O modelo
689 de irrigação não dá mais para ser aspersão, canhão. Há uma série de
690 tecnologias, e a forma de uso da água tem que mudar na bacia. E nós temos que
691 buscar soluções tecnológicas." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Nós
692 precisamos ter uma posição bem fundamentada para isso. Que sejam
693 socializadas entre os conselheiros todas as informações disponíveis e as que o
694 IGAM for produzindo ao longo do tempo. Que se crie uma rede de comunicação,
695 porque esses entendimentos setoriais que nós temos precisam ser
696 compartilhados, para que o IGAM possa coordenar melhor e termos um
697 andamento mais fluido no Conselho." Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
698 Corujo: "Quem sabe essa oportunidade, que é muito grave, nos traga aquilo que
699 o Amarildo falou: começar a tratar a questão além dos momentos emergenciais.
700 Estamos falando não só de infraestrutura de captação, nós não temos que falar
701 só de novas tecnologias de uso da água. Nós temos que falar, inclusive, de uma
702 gestão ambiental preventiva. A região Sudeste cada vez vai ter menos chuva. E
703 nós não podemos ficar contando se tem chuva, tem água e não tem chuva, não
704 tem água. Aí nós vamos entrar em colapso. Então eu estou fazendo um apelo,
705 quem sabe, finalmente, neste Conselho, que é de política hídrica. Como o
706 Estado, diante dessa situação, está escolhendo como projetos prioritários sem
707 considerar uma avaliação ambiental integrada hídrica? Se é por aí ou se é para
708 fazer escolhas. Nesse determinado território de recarga ou de água subterrânea,
709 não há mais como se perder nem mais 0,5 m³/s de água. E isso não está sendo
710 feito. Então, quando eu falei que existem duas realidades, isso é real. Nós temos
711 as realidades das decisões. A Supri (Superintendência de Projetos
712 Prioritários/SEMAP) tem 16 funcionários, e o tempo inteiro aqui eu escuto que só
713 temos dois hidrogeólogos para cuidar do Estado todo, que só temos três da
714 fiscalização para olhar a outorga, e sempre está se colocando que não tem
715 servidores. E eu sou surpreendida com um ofício com 16 servidores para a
716 Supri, com 27 empreendimentos, nenhum prioritário para a questão ambiental, e
717 muitos prioritários para empreendimentos altamente impactantes, em áreas de
718 recarga, águas subterrâneas. É grave. Que isso sirva para que consigamos
719 começar a refletir a verdadeira política para enfrentar essa coisa toda. Não pode
720 ser a população pagando. Como eu vou chegar à população e dizer 'vamos vestir
721 essa camisa e economizar água', se eu sei que estão havendo essas
722 irresponsabilidades de perdas de água, de consumo, de perdas de aquíferos.
723 Isso é violentamente injusto, porque as pessoas vão abraçar a causa, mas os
724 setores econômicos não estão querendo abraçar, verdadeiramente, a causa."

725 Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: "Eu queria falar para a Teca. Eu fico

726 muito triste quando escuto determinada postura, fico até chateada mesmo,
727 porque nós fazemos um trabalho, tentamos fazer um trabalho o mais possível
728 comum pensando no consenso de um grupo que pensa em sustentabilidade, no
729 fator econômico, no fator pessoa e no fator meio ambiente. O tempo todo aqui
730 dentro. Então quando eu escuto uma coisa dessa me dá uma maior tristeza
731 porque as pessoas não levam em consideração o que a indústria e a mineração
732 fizeram. Quando se falou de restrição, todas as mineradoras – a maioria delas, as
733 grandes – e indústrias trabalharam em restringir, em diminuir o consumo de água,
734 há dois anos, quando começou a ter problema de restrição. Então olhe o que se
735 vai fazer, não fique generalizando. Nós estamos trabalhando é em conjunto.
736 Então nós temos de parar, Teca, de perder tempo com piciunha, como, por
737 exemplo, pedir vista de um processo de uma canalização daqui até ali. Nós
738 temos que pegar são os elefantes mesmo, é hora de olhar e trabalhar com isso.
739 Não é ficar travando um negócio que não tem nada a ver. Nós estamos aqui é
740 para trabalhar juntos, não estamos aqui um lado se defendendo e outro lado
741 atacando. Isso não leva ninguém a lugar nenhum.” Conselheiro Odorico Pereira
742 de Araújo: “O setor minerário, de 2011 até hoje, está economizando mais de
743 80%, está reusando 80% de água. No setor indústria, a Fiat Automóveis hoje não
744 faz captação nenhuma de água – a única captação é da Copasa – e recircula
745 quase 100%, 99,9% da água. A Itambé, em Sete Lagoas, aproveita 100% da
746 água do desnatamento do leite. Isso representa economia de quase 60% de água
747 que ela deixa de captar no rio das Velhas. Na Votorantim está em torno de 60% o
748 que ela vem fazendo, implantando tecnologia, desde 2010. Então falar que nós
749 não fazemos nada, isso nos ofende, não dá para aceitar. Me desculpe, mas não
750 dá para aceitar.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu não
751 falei, especificamente, de reuso, eu falei de empreendimentos de mineração que
752 impactam água. Quem sabe trazemos esse assunto aqui. No Quadrilátero, onde
753 tem mineração de ferro, destrói o aquífero. Tem toda essa explicação técnica.
754 Não estamos falando do reuso. Se reusa, por que a mineração tem tantas
755 outorgas? No dia 7, eu estive em uma audiência pública em Brumadinho, da
756 Vale, de continuidade de Jangada e Feijão. O empreendedor afirmou para que a
757 comunidade de Casa Branca fique tranquila, em Córrego do Feijão e em
758 Jangada, que essa continuidade não vai precisar de mais água. Eu, como
759 conselheira, entrei no site para pesquisar nos licenciamentos: tem seis novos
760 pedidos de outorga da Vale/MBR para essa continuidade. Eu estava lá, me
761 inscrevi e falei: ‘Senhor empreendedor, foi afirmado nessa audiência pública que
762 não vai ser necessário mais uso de água nessa continuidade. Qual a justificativa
763 de janeiro até agora, 7 de junho, vocês terem entrado com seis pedidos de
764 outorga?’ Eu ainda não tive tempo de olhar cada processo, porque é uma pena
765 que não está on-line, e tenho que entrar, procurar, anotar. Então se uma hora nós
766 pudermos ter uma planilha – quem sabe vocês do Ibram e do Sindiextra fazem –
767 do total de outorgas ao longo de um empreendimento tipo Brucutu, quanto vem
768 sendo usado de água subterrânea e também superficial. E pôr isso tudo numa

769 planilha. Isso somado à perda do aquífero. Porque, na hora que minera canga,
770 tira a canga, põe na pilha de estéril e chega à Itabirito Cauê, aquele território não
771 vai mais produzir a mesma água que produzia antes. Mas isso um longo assunto.
772 Eu quero deixar claro que não é uma questão de picuinha, eu não tenho tempo
773 para fazer picuinha. É preocupação, é comprovação, nos territórios, das grandes
774 perdas de água onde tem mineração. E nós termos sido surpreendidos com uma
775 resposta do Germano de que a Supri já tem 27 processos prioritários, não tem
776 um único voltado ao meio ambiente, e, desses 27, 12 são empreendimentos de
777 mineração, ou continuidade ou expansão ou vários. A pergunta que eu trouxe
778 aqui é: está na hora de se fazer uma avaliação ambiental integrada, estratégica,
779 com todos juntos, para pôr no papel e verificar a questão da realidade hídrica do
780 nosso território.” **12) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **13)**
781 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente
782 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da
783 qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
Presidente suplente do Plenário do CERH